Resoluções do Conselho de Segurança sobre

mulheres, paz e segurança

ONU MULHERES

Liderança Feminina na Promoção da Paz e Prevenção de Conflitos

2000 1325

Afirma a importância da participação das mulheres e da inclusão da perspectiva de gênero em negociações de paz, planejamento humanitário, operações de manutenção da paz e construção da paz e governança pós-conflito.

Apresentada pela Namíbia, 2000

2009 1889

Salienta a necessidade de fortalecer a implementação e estabelece indicadores para o monitoramento de resolução 1325; solicita ao Secretário-Geral que apresente um relatório ao Conselho de Segurança sobre a participação e inclusão das mulheres na construção da paz.

Apresentada pelo Vietnã, 2009

2013 2122

Aborda lacunas persistentes na implementação da agenda de mulheres, paz e segurança; estabelece que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são fundamentais para alcançar a paz e a segurança internacionais; reconhece os diferentes impactos de todas as violações de direitos de mulheres e meninas durante conflitos; e pede pela aplicação consistente da agenda de mulheres, paz e segurança em todo o trabalho do Conselho de Segurança.

Apresentada pelo Azerbaijão, 2013

2015 2242

Estabelece o Grupo Informal de Especialistas (IEG, na sigla em inglês); aborda os obstáculos persistentes à implementação, como financiamento e reformas institucionais; concentra-se em uma maior integração das agendas de mulheres, paz e segurança e sobre a luta contra o terrorismo e os extremismos violentos; apela para a melhoria dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança.

Apresentada pela Espanha, 2015

2019 2493

Apela pela aplicação plena de todas as resoluções anteriores sobre mulheres, paz e segurança; solicita à ONU que desenvolva abordagens específicas adaptadas a cada contexto para a participação das mulheres em todos os processos de paz apoiados pela ONU; e convida os Estados-Membros a assegurarem e fornecerem apoio oportuno para a participação plena, igualitária e significativa das mulheres em todas as etapas dos processos de paz.

Apresentada pela África do Sul, 2019

Prevenção e resposta à violência sexual relacionada a conflitos

2008 1820

Reconhece a violência sexual como uma tática de guerra e uma questão de paz e segurança internacional, que exige uma resposta de segurança.

Apresentada pelos EUA, 2008

2009 1888

Reforça as medidas para acabar com a violência sexual em conflitos estabelecendo um ou uma Representante Especial do Secretário-Geral e uma equipe de especialistas no estado de direito e violência sexual em conflitos, empregando conhecimentos e melhorando a coordenação entre as partes interessadas envolvidas na eliminação da violência sexual relacionada a conflitos.

Apresentada pelos EUA, 2009

2010 1960

Estabelece um mecanismo de monitoramento e apresentação de relatórios sobre violência sexual em conflitos.

Apresentada pelos EUA, 2010

2013 2106

Centra-se na responsabilização dos perpetradores de violência sexual em conflitos; enfatiza o empoderamento político e econômico das mulheres.

Apresentada pelo Reino Unido, 2013

2019 2467

Posiciona a violência sexual em conflitos como firmemente enraizada na agenda mais ampla de mulheres, paz e segurança; salienta os esforços de justiça e responsabilização e a necessidade de uma abordagem centrada na sobrevivente; solicita apoio e proteção às organizações de mulheres da sociedade civil; e demanda atenção para a questão das crianças nascidas de estupro

Apresentada pela Alemanha, 2019

Liderança das mulheres na promoção da paz e prevenção de conflitos

2000 1325

Solicita a participação das mulheres em todos os elementos da construção da paz, em particular nas negociações de paz.

Encoraja o Secretário-Geral a nomear mais mulheres como representantes especiais e enviadas especiais, e a expandir o papel das mulheres nas operações de território, incluindo a colocação de conselheiras de gênero nas missões da ONU.

Apela ao desenvolvimento da capacidade de resposta de gênero nas missões de manutenção da paz e à capacitação em gênero sobre direitos e necessidades das mulheres para todo o pessoal envolvido na manutenção da paz e segurança.

Sublinha a necessidade de se manter o caráter civil dos campos de pessoas refugiadas/deslocadas internamente, e a importância de projetar os campos de forma que ajude a prevenir a violência sexual.

Apela a medidas especiais para proteger mulheres e meninas da violência sexual e baseada no gênero.

Reivindica a importância da liderança e da participação das mulheres na resolução de conflitos, nos diálogos e recuperação da paz.

2009 1889

Apela à participação das mulheres no estabelecimento da paz e nas instituições de recuperação pós-conflito, incluindo a tomada de decisões políticas e econômicas nas fases iniciais da construção da paz.

Aborda a falta de planejamento e financiamento adequados para prover as necessidades das mulheres.

Solicita ferramentas para melhorar a implementação - por exemplo, indicadores e propostas para um mecanismo de monitoramento.

Solicita ao Secretário-Geral que nomeie mais mulheres representantes especiais e enviadas especiais, e que mobilize mais conselheiras e conselheiros de gênero e de proteção das mulheres.

Convida os Estados-Membros a conceber, em consulta com a sociedade civil, estratégias concretas para responder a todo o espectro das necessidades e prioridades específicas das mulheres e meninas.

Salienta a importância de incluir as necessidades das mulheres, meninas e meninos aliados a grupos armados no planejamento do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).

Insta ao respeito pelo caráter civil e humanitário dos campos de pessoas deslocadas internas/ refugiadas.

Solicita ao Secretário-Geral que apresente um relatório sobre a construção da paz que responda às questões de gênero e um conjunto global de indicadores para monitorar a implementação da resolução 1325.

2013 2122

Requer relatórios mais frequentes e sistematizados ao Conselho de Segurança sobre questões relevantes para mulheres, paz e segurança.

Destaca a inclusão de disposições sobre a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres durante e após os conflitos em todos os mandatos das missões das Nações Unidas.

Solicita a nomeação de conselheiras e conselheiros de gênero para as missões de manutenção da paz.

Pede a plena participação das mulheres em uma vasta gama de atividades: eleições, programas de DDR, reformas do setor da segurança e da justiça, e reconstrução pós-conflito.

Pede mais interação com a sociedade civil e mais consultas, por exemplo, durante as visitas de campo, com organizações de mulheres e mulheres líderes.

Convida os Estados-Membros a desenvolverem mecanismos de financiamento dedicados exclusivamente para apoiar as organizações que promovem a participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisões relacionadas com a paz e a segurança.

Pede ao Secretário-Geral que coloque especialistas em gênero a disposiçao de todas as equipes de mediação da ONU e que apoie a nomeação de mulheres como mediadoras de alto nível da ONU.

Apela aos Estados-Membros que contribuem com tropas e polícia para que aumentem o número de mulheres militares e policiais em missões.

2015 2242

Pede que Estados-Membros e ONU integrem mais as suas agendas sobre mulheres, paz e segurança, e a luta contra o terrorismo e o extremismo violento.

Encoraja os Estados-Membros e as entidades da ONU, junto com a ONU Mulheres, a realizarem pesquisas com perspectiva de gênero sobre radicalização, extremismo violento e terrorismo, e o impacto das estratégias de luta contra o terrorismo nas organizações de direitos humanos e de mulheres, para criarem respostas políticas e programas com objetivos específicos e baseadas em evidências.

Estabelece um Grupo Informal de Especialistas sobre mulheres, paz e segurança para sistematizar o trabalho do Conselho e para melhorar o monitoramento e coordenação das atividades de implementação.

Solicita ao Secretário-Geral que inclua informações sobre a implementação das recomendações do Estudo Global e outros novos compromissos adotados como parte da revisão de alto nível, no seu relatório anual sobre a implementação da resolução 1325.

Encoraja a participação das mulheres nas iniciativas de erradicação do tráfico ilícito de armas de pequeno porte e leves.

Reconhece o Instrumento de Aceleração Global como um veículo para atrair recursos, coordenar respostas e acelerar a implementação.

2019 2493

Toma nota das recomendações operacionais do Secretário-Geral à ONU e aos Estados-Membros no período que antecede o 20º aniversário.

Solicita aos Estados-Membros que apoiam os processos de paz que facilitem a inclusão e a participação plena, equitativa e significativa das mulheres nas negociações de paz desde o início, tanto nas delegações das partes negociadoras como nos mecanismos estabelecidos para implementar e acompanhar os acordos.

Apela aos Estados-Membros para aumentarem o financiamento para Mulheres, Paz e Segurança (MPS) e convida prestadores de assistência a continuarem a monitorar o enfoque de gênero das suas contribuições e a informarem os progressos alcançados.

Solicita veementemente aos Estados-Membros a criarem ambientes seguros e propícios à sociedade civil, incluindo mulheres líderes comunitárias formais e informais, mulheres construtoras da paz, atores políticos e pessoas que promovem e protegem os direitos humanos, e a enfrentarem ameaças, assédio, violência e discurso de ódio contra essas pessoas.

Toma nota do trabalho do Grupo Informal de Especialistas em Mulheres, Paz e Segurança (MPS) e reconhece o importante papel da ONU Mulheres.

Solicita que a ONU desenvolva abordagens específicas a cada contexto da participação das mulheres em todas as negociações de paz apoiadas pela ONU.

Prevenção e resposta à violência sexual relacionada a conflitos

2008 1820

Destaca que a violência sexual como tática de guerra pode exacerbar os conflitos e impedir a restauração da paz e segurança internacionais.

Afirma que a violência sexual em conflitos pode constituir um crime de guerra ou um crime contra a humanidade e, por vezes, um ato de genocídio.

Reforça a proibição de anistia para tais crimes.

Solicita que sejam dadas às pessoas encarregadas pela manutenção da paz da ONU diretrizes mais fortes e claras para prevenir a violência sexual contra civis.

Solicita relatórios mais sistemáticos e regulares sobre este tema.

Reivindica a importância da participação das mulheres em todos os processos relacionados com a eliminação da violência sexual em conflitos, por exemplo, a sua participação em diálogos de paz.

2009 1888

Apela à nomeação de uma ou um Representante Especial do Secretário-Geral sobre violência sexual em conflitos para liderar e coordenar a resposta da ONU à violência sexual.

Encoraja a Iniciativa da ONU a apoiar o trabalho da ou do Representante Especial.

Solicita a presença de conselheiras e conselheiros de proteção das mulheres em missões de manutenção da paz em contextos com altos índices de violência sexual.

Estabelece uma equipe de resposta rápida formada por especialistas em estado de direito para agir prontamente em situações de violência sexual e combater a impunidade.

Solicita ao Secretário-Geral que prepare sem demora propostas concretas para um melhor sistema de monitorizamento e informação sobre violência sexual relacionada com conflitos.

Exige que o Secretário-Geral apresente um relatório anual sobre a implementação da resolução 1820, por exemplo, com informações sobre as partes em conflito armado suspeitas de terem cometido atos sistemáticos de violência sexual.

2010 1960

Encoraja o Secretário-Geral a enumerar e incluir informações detalhadas sobre as partes em conflitos armados suspeitas de terem cometido ou sido responsáveis por estupros ou outras formas de violência sexual nos seus relatórios anuais, nos termos das resoluções 1820 e 1888.

Solicita ao Secretário-Geral que estabeleça mecanismos de monitoramento, análise e apresentação de relatórios sobre violência sexual relacionada com conflitos.

Reitera a intenção do Conselho de considerar a inclusão de critérios de designação relacionados a estupros e outras formas de violência sexual em sanções específicas.

Apela às partes em conflitos armados para que assumam e cumpram compromissos concretos e com prazos definidos para combater a violência sexual.

Encoraja os Estados-Membros a destacar mais pessoal militar e policial feminino para operações de manutenção da paz, e a proporcionar a todo o pessoal militar e policial capacitação adequada para prevenir e responder à violência sexual e baseada no gênero.

2013 2106

Afirma que a violência sexual pode exacerbar e prolongar significativamente as situações de conflito armado e dificultar a restauração da paz e da segurança.

Destaca que a participação das mulheres é essencial na prevenção, proteção e resposta.

Chama a atenção para uma justiça de transição integral, com medidas judiciais e extrajudiciais..

Exige um acompanhamento sistemático da situação, investigação e aplicação de sanções específicas.

Solicita que o Secretário-Geral e as entidades da ONU ajudem as autoridades nacionais a aumentar a participação efetiva das mulheres em todos os processos pós-conflito, por exemplo, os de DDR, reforma do setor da segurança e reforma do setor da justiça.

2019 2467

Exige que as partes assumam e coloquem em prática compromissos específicos e com prazos determinados para combater a violência sexual (por exemplo, ordens claras através de cadeias de comando, códigos de conduta, investigação de todas as denúncias críveis, acesso sem restrições para monitoramento e assistência humanitária).

Encoraja a ONU e os organismos que outorgam mandatos a assegurar que as comissões de investigação abordem a violência sexual em conflitos e insta à utilização de listas de investigadoras e investigadores com competências relevantes.

Encoraja o Secretário-Geral a assegurar que os grupos de especialistas e equipes e painéis de monitoramento incluam membros com conhecimentos especializados no tema da violência sexual e baseada no gênero.

Solicita a todos os Estados-Membros que assegurem que as sobreviventes recebam a atenção de que necessitam sem discriminação, e regista os riscos e danos mortais enfrentados pelas mulheres que engravidam em resultado de estupro, e solicita um relatório especial do Secretário-Geral sobre elas e suas crianças nascidas de estupro.

Recebe com satisfação a decisão do Secretário-Geral de proibir a participação na manutenção da paz todos os atores estatais repetidamente listados nos anexos de seus relatórios sobre violência baseada no gênero.

Afirma que as sobreviventes de violência sexual cometida por grupos terroristas devem ter acesso a programas nacionais de assistência e reparação.